

## **ANEXO I**

### **PROJETO DE TRABALHO**

**CONTRATO DE GESTÃO N° 002/2007**

**CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS  
DR. ALFREDO DAURA JORGE  
– CEPON/SES –**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON  
- FAHECE -**

**CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/07**  
**ANEXO I - PROJETO DE TRABALHO**

Este Projeto de Trabalho é parte integrante do Contrato de Gestão nº 002/2007 e foi elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, ora ÓRGÃO SUPERVISOR, conjuntamente com a Secretaria de Estado do Planejamento, ora INTERVENIENTE e a Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON, ora EXECUTORA, contendo as características gerais dos serviços e atividades e a programação das ações de assistência oncológica inerentes às atividades do Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge – CEPON/SES, nas seguintes áreas:

- I. Aspectos Básicos Organizacionais;**
- II. Atenção à Saúde;**
- III. Atividades de Ensino e Pesquisa;**
- IV. Atividades de Aprimoramento e Aperfeiçoamento da Assistência.**

O presente projeto foi elaborado com observância da atual política nacional e estadual de oncologia, observando-se os princípios do Sistema Único de Saúde e as necessidades de serviços de saúde apontadas pelo gestor do SUS, tendo o perfil assistencial sido pactuado e aprovado pelas partes envolvidas.

**CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES QUE SÃO OBJETO DO  
CONTRATO DE GESTÃO INERENTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS PELO CEPON/SES**

**I - Aspectos Básicos Organizacionais**

A EXECUTORA deverá possuir e/ou fortalecer os seguintes aspectos básicos organizacionais, conforme os critérios estabelecidos pelas políticas nacional e estadual de saúde:

- a) Mecanismos de informação e comunicação à população sobre os serviços ofertados;

- b) Meios de acesso da população aos serviços de saúde ofertados;
- c) Recepção e encaminhamento dos usuários aos serviços;
- d) Registros a serem utilizados nas atividades assistenciais;
- e) Registros a serem utilizados nos procedimentos administrativos;
- f) Referência e contra-referência dos usuários a outros serviços ou outros níveis assistenciais, assim como os registros que utilizarão.

Além disso, a EXECUTORA deverá manter cadastro atualizado dos profissionais em atividade na unidade, contratados pela EXECUTORA, o qual deverá ser disponibilizado à Comissão de Avaliação e Fiscalização, quando solicitado, a qualquer tempo na duração do Contrato de Gestão.

## **II. Atenção à Saúde**

A EXECUTORA atenderá aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, serviços de saúde que se enquadrem na modalidade para a qual está habilitada pela Portaria nº 513 – SAS de 26/09/2007, ou outra que vier substituí-la, e conforme as metas estabelecidas no Quadro 1 abaixo.

O acesso aos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT e consultas ambulatoriais realizar-se-á conforme o fluxo a ser estabelecido em comum acordo entre a EXECUTORA e o ÓRGÃO SUPERVISOR.

Em caso de hospitalização, cabe à EXECUTORA internar o paciente, no limite dos leitos contratados, e, na hipótese de falta ocasional de leito vago, encaminhar os pacientes aos serviços de saúde do SUS instalados no município em que a EXECUTORA presta serviços de assistência à saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela EXECUTORA serão efetuados através dos dados registrados no SIH - Sistema de Informações Hospitalares, no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos em comum acordo entre o ÓRGÃO SUPERVISOR e a EXECUTORA.

O registro dos dados de atendimentos realizados aos pacientes seguirá o procedimento estatuído pelo Sistema Único de Saúde – SUS, seguindo-se as Portarias do Ministério da Saúde aplicáveis ao presente e, em especial, a Portaria nº 629/SAS/MS, de 25 de agosto de 2006.

A EXECUTORA se compromete a cumprir a legislação vigente, que garante às crianças, adolescentes e pacientes geriátricos o direito ao acompanhante durante o procedimento ou período de internação.

## **II.1. Atenção Hospitalar e Ambulatorial**

A Atenção Hospitalar e Ambulatorial corresponde ao conjunto de ações e serviços ofertados ao paciente e seus familiares em regime de internação e atendimento ambulatorial, incluindo-se aí todas as ações e procedimentos necessários para se obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias ao tratamento.

### **II.1.1. Atenção Hospitalar:**

As principais atividades e etapas do processo de hospitalização, desde sua admissão no hospital até a alta hospitalar, sob a responsabilidade da EXECUTORA, sem prejuízo de outras estabelecidas, inclusive no Contrato de Gestão, são:

- a) acolhimento do paciente e familiares/acompanhante;
- b) estabelecimento de plano terapêutico individual;
- c) desenvolvimento de abordagem interdisciplinar;
- d) assistência por equipe médica especializada, pessoal de enfermagem e pessoal auxiliar;
- e) assistência psicossocial;
- f) oferta de terapias de apoio;
- g) adoção de linhas de cuidados multidisciplinar;
- h) fornecimento de material médico-hospitalar durante o período de internação;

- i) tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação, de acordo com os protocolos clínicos aprovados;
- j) oferta de estrutura de apoio diagnóstico e terapêutico;
- k) material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- l) hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário devido às condições especiais do paciente (as normas que dão direito à presença de acompanhante estão previstas na legislação que regulamenta o SUS - Sistema Único de Saúde);
- m) garantia de acesso em UTI- Unidade de Terapia Intensiva, se necessário;
- n) sangue e hemoderivados;
- o) fornecimento de roupas hospitalares;
- p) manutenção e atualização do prontuário único do paciente;
- q) incorporação regular de registros do paciente/acompanhante ao prontuário;
- r) oferta de suporte nutricional enteral e parenteral;
- s) cooperação com a Central Estadual de Captação de Órgãos;
- t) utilização de mecanismos de referência e contra-referência quando da alta, aos serviços de saúde da rede municipal e/ou regional;
- u) integração das equipes de cuidado paliativo com as Equipes da Estratégia de Saúde da Família;
- v) elaboração do Plano Anual de Gerenciamento de Riscos Hospitalares (vigilância epidemiológica, hemovigilância, farmacovigilância e tecnovigilância);
- w) implantação do Programa de Internação Domiciliar;
- x) elaboração e revisão de protocolos clínicos e o cumprimento dos já existentes;
- y) observância e cumprimento dos termos fixados no Plano Estadual de Atenção Oncológica.

#### **II.1.2. O atendimento ambulatorial compreende:**

- a) primeira consulta;
- b) consultas subseqüentes (retornos);
- c) tratamento ambulatorial;
- d) cirurgias ambulatoriais.

Entende-se por primeira consulta a visita inicial do paciente encaminhado pela rede básica (Unidades Básicas de Saúde, Programa de Saúde da Família, Atendimento Médico Hospitalar) ao CEPON/SES, para atendimento a uma determinada especialidade.

Entende-se por consulta subsequente ou retorno, todas as consultas de seguimento ambulatorial, em todas as categorias profissionais.

Para os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de Fisioterapia, Psicoterapia etc., oferecidos diretamente pela EXECUTORA ou garantidos com encaminhamento na rede credenciada ao SUS, os mesmos, a partir do segundo atendimento, deverão ser registrados como consultas subsequentes ou retornos.

Entende-se como tratamento ambulatorial todos os procedimentos inerentes às sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme número de sessões e aplicações que cada caso requer.

Será considerada intervenção cirúrgica ambulatorial os atos cirúrgicos realizados nas salas de pequenas cirurgias da unidade que não requeiram hospitalização nem a presença obrigatória do profissional médico anestesista. Neles estão incluídos biópsias e outros procedimentos que sejam necessários para definição e/ou complementação do diagnóstico.

### **II.1.3. Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico**

A EXECUTORA deverá oferecer estrutura de apoio diagnóstico e terapêutico às atividades ambulatoriais e hospitalares.

As ações de alta complexidade e média complexidade serão reguladas pelo Termo de Garantia de Acesso, com a publicação da nova Portaria do Ministério da Saúde.

As consultas de retorno deverão ser agendadas pelo CEPON/SES, e serão registradas na CMCS/SES, para acompanhamento pelo ÓRGÃO SUPERVISOR.

## **II.2. Boa Prática Clínica**

A EXECUTORA deverá adotar as referências que apóiam a boa prática clínica, quais sejam:

- a) o consenso de sociedades científicas e associações profissionais;
- b) processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros no âmbito territorial.

As duas práticas não são excludentes e sim complementares, e sua operatividade dependerá dos protocolos clínicos aprovados.

Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica e constituem objeto de avaliação por parte da Comissão de Avaliação e Fiscalização são:

- a) qualificação dos profissionais;
- b) utilização do prontuário único;
- c) uso de outros registros da atividade assistencial;
- d) existência de um Plano de Educação Permanente;
- e) consenso sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais presentes na rede oncológica;
- f) perfil da prescrição farmacêutica com a padronização medicamentosa;
- g) auto-avaliação assistencial pelos profissionais;
- h) avaliação da qualidade dos serviços .

## **II.3. Programas Especiais e Novos Serviços de Assistência à Saúde**

Se, ao longo da vigência do Contrato de Gestão, a EXECUTORA oferecer atividades de assistência oncológica diferentes daquelas relacionadas no Contrato de Gestão, seja pela introdução de novas especialidades médicas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas tecnologias e/ou categorias de exames laboratoriais, estas atividades deverão ser previamente autorizadas pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, após análise técnica com participação do CEPON/SES e parecer da Comissão de Avaliação e Fiscalização do

Contrato de Gestão, sendo quantificadas separadamente do atendimento já contratado e sua orçamentação econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao contrato.

### **III. Atividades de Ensino e Pesquisa**

A EXECUTORA, por meio do CEPON/SES, deverá desenvolver atividades de ensino e pesquisa na área de oncologia.

A abertura de novos campos para o desenvolvimento de atividades de ensino na instituição será avaliada e aprovada de forma conjunta pelas comissões existentes nas instituições de ensino, pela EXECUTORA, pelo CEPON/SES e pelo ÓRGÃO SUPERVISOR.

A realização de estágios não curriculares no CEPON/SES, sob responsabilidade da EXECUTORA, seguirá a legislação vigente e o regulamento interno da instituição.

A EXECUTORA apoiará a unidade no desenvolvimento de programas de Educação Permanente/Continuada para o conjunto de seus profissionais, e nas áreas apontadas como prioritárias, considerando também as necessidades educacionais levantadas junto aos trabalhadores de saúde.

À EXECUTORA, juntamente com o CEPON/SES, será facultado participar da Comissão Permanente de Integração Ensino e Serviço – CIES, de base loco-regional, com o compromisso de discutir as propostas de formação e desenvolvimento de recursos humanos em saúde junto a este fórum.

A EXECUTORA, em conjunto com o CEPON/SES, deverá manter e ampliar os programas de pesquisas científicas na área da Hemoterapia e Hematologia e adotar mecanismos de captação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico.

O desenvolvimento de pesquisas, independente do seu rigor metodológico, deverá ser aprovado pela instituição de ensino vinculada e pela direção do CEPON/SES e sua Comissão de Ética em Pesquisa de Seres Humanos.

#### **IV. Atividades de Aprimoramento e Aperfeiçoamento da Assistência**

A EXECUTORA, por meio do CEPON/SES, deverá desenvolver atividades com o objetivo de aprimorar e aperfeiçoar a assistência na área oncológica, tais como:

- a) desenvolvimento de protocolos clínicos;
- b) desenvolvimento de protocolos administrativos de acesso;
- c) padronização de medicamentos oncológicos;
- d) definição de rol de exames por tipo de cânceres;
- e) definição de critérios e ações visando aumentar a eficiência dos serviços;
- f) desenvolvimento ações de humanização em consonância com os critérios da Política de Humanização do Ministério da Saúde.

##### **IV.1. Atenção ao Usuário**

A EXECUTORA realizará a implantação de serviço de atenção ao usuário com, no mínimo, as seguintes atribuições:

- a) apresentar as informações necessárias aos usuários sobre o funcionamento da Unidade e Serviços;
- b) atender e dar resposta às sugestões e reclamações dos usuários;
- c) tratar de forma individualizada e personalizada os usuários;
- d) favorecer a boa comunicação entre os profissionais de saúde e outros com os usuários;
- e) captar a percepção do usuário em relação ao funcionamento dos serviços de saúde, através de pesquisas de satisfação.

##### **IV.2. Articulação com outros Níveis Assistenciais – Referência e Contra-Referência**

A EXECUTORA deverá implementar uma efetiva articulação entre os níveis assistenciais, possibilitando uma continuidade em todo o processo assistencial de modo que este seja reconhecido como tal pelo próprio usuário.

Esta articulação se dará de acordo com critérios estabelecidos pelo ÓRGÃO SUPERVISOR.

Para assegurar a continuidade no processo assistencial são necessários:

- a) consenso clínico sobre as patologias e os processos que possam ser解决ados nos serviços da rede básica;
- b) utilização pelos profissionais de saúde das referências e contra-referências estabelecidas;
- c) acordos entre os profissionais sobre a informação clínica necessária, da rede básica até a atenção especializada de maneira recíproca, para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico;
- d) suporte e rotinas administrativas adequadas que evitem os deslocamentos desnecessários dos pacientes referenciados ao nível hospitalar ou a outras unidades da rede.







## **ANEXO II**

# **PROGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO**

**CONTRATO DE GESTÃO N° 002/07**

**CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS  
DR. ALFREDO DAURA JORGE  
– CEPON/SES –**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON  
- FAHECE -**

## **CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2007**

### **ANEXO II CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO**

O presente anexo é parte integrante do Contrato de Gestão nº 002/2007 e foi definido com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma de pagamento dos valores devidos em razão da execução do referido instrumento contratual.

1 - Para o repasse dos recursos previsto neste anexo, a EXECUTORA deverá possuir, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no Contrato de Gestão, uma conta bancária, em banco oficial, exclusivamente para as movimentações bancárias com recursos do Contrato de Gestão.

2 - Todas as informações relacionadas aos recursos repassados e demonstrativos gerenciais ficarão, por cinco anos, à disposição da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão.

3 - Os pagamentos à EXECUTORA, dar-se-ão em parcelas mensais, de acordo com a Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde, observados os valores estimativos previstos no Quadro 1. Os ajustes das parcelas devidas serão vinculados a produção comprovada dos serviços prestados.

4 - A Comissão de Avaliação e Fiscalização procederá, sempre que julgar necessário, a análise do quantitativo de atividades assistenciais realizadas pela EXECUTORA, podendo resultar em recomendação para adequação do quantitativo de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, acordada entre os partícipes e efetivada por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

5. A análise referida no item anterior não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela EXECUTORA e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se

condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades hospitalares, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

6 - A EXECUTORA deverá encaminhar as informações mensais relativas à produção assistencial, por meio magnético, ao ÓRGÃO SUPERVISOR, até o décimo dia útil do mês subsequente.

6.1 - O ÓRGÃO SUPERVISOR revisará e processará os dados recebidos da EXECUTORA, observando, para tanto, as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais.

6.2 - O ÓRGÃO SUPERVISOR, após a revisão dos documentos, efetuará o repasse à EXECUTORA do valor apurado, destinado ao pagamento da variação da referida produção.

6.3 - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, o ÓRGÃO SUPERVISOR entregará à EXECUTORA um comprovante pelo recebimento.

6.4 - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados ou pela conferência técnica e administrativa, serão devolvidas à EXECUTORA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível.

6.5 - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do ÓRGÃO SUPERVISOR, este garantirá a EXECUTORA o pagamento, no prazo avençado neste anexo, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando-se as diferenças existentes, no pagamento seguinte.

6.6 - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS.

**QUADRO 1 - VALORES ORÇADOS**

<b>Descrição de Atividade</b>		<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Forma de Financiamento</b>
Assistência Ambulatorial de Média Complexidade		134.601,50	1.615.218,14	MAC
		869,40	10.432,80	Extra Teto
Assistência Ambulatorial de Alta Complexidade	Radioterapia	156.363,55	1.876.362,64	MAC
		30.000,00	360.000,00	Extra Teto
	Quimioterapia	896.306,53	10.755.678,45	MAC
		422.289,83	5.067.478,00	Extra Teto
	Demais	58.527,62	702.331,44	MAC
		47.033,41	564.400,92	Extra Teto
Assistência Hospitalar		64.577,90	774.934,90	MAC
		64.780,66	777.368,00	Extra Teto
<b>TOTAL EXTRA TETO (FAEC)*</b>		<b>564.973,31</b>	<b>6.779.679,72</b>	-
<b>TOTAL MAC (MÉDIA E ALTA)*</b>		<b>1.310.377,13</b>	<b>15.724.525,57</b>	-
<b>TOTAL MAC + ET</b>		<b>1.875.350,44</b>	<b>22.504.205,29</b>	-
<b>INCENTIVOS</b>			<b>244.920,00</b>	-
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>22.749.125,29</b>	-

\*Valores Estimados

**QUADRO 1.1 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – SIA/SIH/INTEGRASUS**

<b>Data Repasse</b>	<b>Valor R\$*</b>
20 a 31/12/07	1.318.287,13
20 a 31/01/08	1.318.287,13
20 a 27/02/08	1.318.287,13
20 a 31/03/08	1.318.287,13
20 a 30/04/08	1.318.287,13
20 a 30/05/08	1.318.287,13
20 a 30/06/08	1.318.287,13
20 a 31/07/08	1.318.287,13
20 a 29/08/08	1.318.287,13
20 a 30/09/08	1.318.287,13
20 a 31/10/08	1.318.287,13
20 a 28/11/08	1.318.287,13
20 a 31/12/08	1.318.287,13
<b>Total</b>	<b>17.137.732,69</b>

\*Valores Estimados

**QUADRO 1.2 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – EXTRA TETO**

<b>Data Repasse</b>	<b>Valor R\$*</b>
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
	564.973,31
<b>Total</b>	<b>7.344.653,03</b>

\*Valores Estimados

**QUADRO 1.3 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – PID**  
**(Portaria MS nº 2.529, de 19/10/05)**

<b>Data Repasse</b>	<b>Parcela</b>	<b>Valor R\$</b>
De acordo com as normas administrativas em vigor	01	50.000,00
	02	50.000,00
	03	50.000,00
<b>Total</b>		<b>150.000,00</b>

## **ANEXO III**

### **ESPECIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES**

**CONTRATO DE GESTÃO N° 002/07**

**CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS  
DR. ALFREDO DAURA JORGE  
– CEPON/SES –**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON  
- FAHECE -**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Especificação do Quadro de Servidores CEPON - Atualizado em 19/02/2008

NOME	COMPETÊNCIA
ADMINISTRADOR	1
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	37
AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	5
ANALISTA DE SISTEMAS	1
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1
ASSISTENTE SOCIAL	10
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	7
BIBLIOTECÁRIO	1
COZINHEIRO	5
ENFERMEIRO	34
FARMACÊUTICO	3
FISIOTERAPEUTA	2
FONOAUDIOLOGO	1
MÉDICO	37
MOTORISTA	3
NUTRICIONISTA	4
PEDAGOGO	1
PSICÓLOGO	1
TÉCNICO DE RADILOGIA E IMAGEM	1
TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	37
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	61
TELEFONISTA	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL	3
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>

## **ANEXO IV**

# **ESPECIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO PERMITIDO**

**CONTRATO DE GESTÃO N° 002/2007**

**CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS  
DR. ALFREDO DAURA JORGE  
– CEPON/SES –**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON  
- FAHECE -**

## **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

01 - Com fulcro no §3º do art. 18 da Lei 12.929, de 04 de fevereiro de 2004, é concedida a PERMISSÃO DE USO dos bens móveis e imóveis arrolados e discriminados em documento anexo a este, pelo prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 002/2007.

02 - Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela EXECUTORA em perfeitas condições;

03 - A EXECUTORA deverá comunicar à instância responsável do ÓRGÃO SUPERVISOR todas as aquisições de bens permanentes que forem realizadas na execução do Contrato de Gestão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência.

04 - Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens que por ventura venham a ser adquiridos na execução do Contrato de Gestão, e a ele afetados, ou ao seu término, em caso de rescisão ou pela extinção da entidade, incorporar-se-ão ao patrimônio do Estado, hipótese esta em que a EXECUTORA deverá entregar ao ÓRGÃO SUPERVISOR a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens.

05 – Cumpre à EXECUTORA a manutenção preventiva e corretiva dos bens móveis destinados a execução do objeto do Contrato de Gestão, arrolados no Anexo do presente Termo de Permissão de Uso, assim como outros que porventura venham a integrar o patrimônio do Estado com o mesmo fim, cabendo-lhe a execução de todas as ações necessárias para tanto.

06 - As benfeitorias realizadas nos imóveis de propriedade do Estado de Santa Catarina serão incorporados ao patrimônio estadual, não importando sua natureza ou origem dos recursos.

Florianópolis,

CARLOS VIANA SPELLER  
Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON

LUIZ EDUARDO CHEREM  
Secretário de Estado da Saúde

Testemunhas:

Nome:  
CPF.:

MARCO ANTÔNIO DA SILVA RÔTUO  
Diretor do CEPON/SES

Nome:  
CPF.:

## **ANEXO V**

# **ESPECIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EXECUTORA**

**CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/07**

**CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS  
DR. ALFREDO DAURA JORGE  
- CEPON/SES -**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON  
-FAHECE-**

# **PATRIMÔNIO FAHECE**

**Contrato de Gestão nº 02 - CEPON**

## PATRIMÔNIO FAHECE - IMÓVEIS

### **Sede da FAHECE:**

- Terreno: de 380m<sup>2</sup>, situada na Rua Presidente Coutinho, 160, centro – Florianópolis/SC.
- Edificação de alvenaria de 1.291,45m<sup>2</sup>.
- Escriturado no 4º Tabelião de Notas e 4º Ofício de Protestos – livro 336 folhas 129 a 130 e registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o número 40.988 – R11.

### **Almoxarifado:**

- Terreno: de 3.615,11 m<sup>2</sup>, situada na Rod. Virgílio Várzea n.º 2975 - Saco Grande II – Florianópolis/SC.
- Edificação de alvenaria de 1.599,83 m<sup>2</sup>.
- Escriturado no 3º Tabelião de Notas e 2º Ofício de Protestos de Títulos – livro 178 folhas 184 a 185 e registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis sob o número 48449 – R-4.

### **Complexo Oncológico:**

- Terreno: área de 19.145,74 m<sup>2</sup>, situada na Rod. Admar Gonzaga – SC 404 – km 0,5 - Florianópolis/SC doada pelo Governo do Estado de Santa Catarina conforme Lei nº 13.383, de 15 de junho de 2005.
- Edificação de alvenaria de 13.499 m<sup>2</sup>.
- Escriturado no 4º Ofício de Notas e Protestos - livro 0530 - folhas 0090 a 0092 e registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis sob o número 79312 – R3.

**VEÍCULOS  
FAHECE - CEPON**

**RELAÇÃO DE VEÍCULOS FAHECE**

<b>Marca/Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Chassi</b>	<b>Espécie</b>	<b>Categoria</b>	<b>Renavam</b>	<b>CI</b>
GM/S10 2.2S	LYP 5369	96/97	9BGJ24ARVTC902556	Car/Camioneta/Car. Aberta	Particular	660435390	531011YQEVDHZ6
Imp/Renault Laguna 2.0S	LZQ 1802	96/97	VF1K56M05TS100350	Pas/Auto	Particular	695695606	531011YQEVDHZ7
M. Benz 710	LZV 8754	98/98	9BM688156WB166223	car/caminhão/c. fechada	Particular	700490833	531011YQEVDIG5
Fiat/Palio Weekend Stile	MBN 3846	01/01	9BD17307814026696	Pas/Auto	Particular	764664581	531011YQEVDI55

**RELAÇÃO DE VEÍCULOS CEPON**

<b>Marca/Modelo</b>	<b>Placa</b>	<b>Ano/Modelo</b>	<b>Chassi</b>	<b>Espécie</b>	<b>Categoria</b>	<b>Renavam</b>	<b>CI</b>
Fiat Palio Weekend Stile	LZU 0012	98/98	9BD178858W0618303	Pas/Automovel	Particular	696354276	531011YQEVDHW3
Imp/MBenz 310D Sprinte	LZW 6285	98/98	8AC690331WA515913	Car/Caminhão/Ambulancia	Particular	701425768	531011YQEVDI74
Imp/MBenz 310D Sprinte	LZZ 4174*	98/98	8AC690341WA514971	Pas/Micro Ônibus	Particular	701050314	531011YQEVDI93
Imp/MBenz 310D Sprinte	MAA 5044	98/98	8AC690331WA515940	Car/Caminhão/Ambulancia	Particular	701424460	531011YQEVDIE6
VW/Kombi	MBD 0175	01/01	9BWGB07X51P015250	Mis/Camioneta	Particular	762426160	531011YQEVDHY2

## **ANEXO VI**

### **SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO**

**CONTRATO DE GESTÃO N° 002/07**

**CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS  
DR. ALFREDO DAURA JORGE  
– CEPON/SES –**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON  
- FAHECE -**

## **CONTRATO DE GESTÃO N° 002/2007**

### **ANEXO VI**

### **CRITÉRIOS GERAIS PARA O ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

01 - A presente Sistemática de Avaliação é parte integrante do Contrato de Gestão n° 002/2007, e foi elaborada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, ora ÓRGÃO SUPERVISOR, conjuntamente com a Secretaria de Estado do Planejamento, ora INTERVENIENTE, contendo a explicitação das diretrizes e metas físicas e de qualidade estabelecidas para cada uma das áreas de atuação da Fundação de Apoio ao Hemosc/Cepon, ora EXECUTORA, conforme previsto no mencionado Contrato de Gestão e em seu Anexo I.

02 - Para os efeitos deste anexo, considera-se:

a) Acompanhamento: observação sistemática e periódica dos indicadores de desempenho a serem definidos pela Comissão de Avaliação e Fiscalização – CAF;

b) Avaliação: comparação entre os quantitativos programados e aqueles efetivamente alcançados, visando a verificação do cumprimento do Contrato de Gestão.

03 - A sistemática de acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão tem por finalidade fiscalizar e apurar os resultados alcançados, com base nos critérios estabelecidos no Contrato de Gestão e seus anexos, bem como nos indicadores de desempenho a serem definidos pela Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão.

04 - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada, acompanhada e avaliada, de forma global, pela Secretaria de Estado do Planejamento, de forma setorial, pela Secretaria de Estado da Saúde, com auxílio da Comissão de

Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos de controle interno e externo do Estado.

05 - Os resultados alcançados pela EXECUTORA com a execução do Contrato de Gestão serão acompanhados e analisados, periodicamente, pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, que será constituída e terá suas atribuições definidas por meio de Portaria Conjunta do ÓRGÃO SUPERVISOR e o INTERVENIENTE.

### **DOS CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO**

06 - A avaliação de desempenho da EXECUTORA terá por base os resultados alcançados pelos indicadores de desempenho nos seguintes aspectos:

- a) Aspectos Básicos Organizacionais;
- b) Atenção à Saúde;
- c) Atividades de Ensino e Pesquisa;
- d) Atividades de Aprimoramento e Aperfeiçoamento da Assistência.

07 - O resultado da avaliação a que se refere o item anterior será dado pela comparação entre os resultados efetivamente alcançados e os pactuados.

08 - A Comissão de Avaliação e Fiscalização, no prazo de até 45 dias contados da data de publicação da Portaria que a constituir, deverá definir, com base no Projeto de Trabalho e nos aspectos de avaliação de desempenho acima, os indicadores e os critérios de avaliação, bem como o percentual que ateste o cumprimento satisfatório do Contrato de Gestão.

### **DAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

09 - O acompanhamento do contrato não se constitui em uma finalidade em si mesmo, pois deverá ser considerada como uma parte do processo de direção do

contrato que incluem a identificação e avaliação de problemas, discussão e negociação com a EXECUTORA e a tomada de decisões sobre as ações que precisam ser implementadas.

10 - O acompanhamento e a avaliação do Contrato de Gestão dar-se-á por meio da consecução das ações a seguir discriminadas:

- a) elaboração, pela EXECUTORA, e encaminhamento à Comissão de Avaliação e Fiscalização, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, de relatório sobre o desempenho no cumprimento das metas previstas;
- b) elaboração, pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, e encaminhamento aos titulares do ÓRGÃO SUPERVISOR e do INTERVENIENTE, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro, de Relatório Trimestral Conclusivo, contendo apreciação qualitativa dos relatórios de desempenho elaborados pela EXECUTORA e, se necessário, sugestões e recomendações de ações indutoras a serem implementadas e indicadores a serem revisados ou renegociados;
- c) elaboração, pela EXECUTORA, e encaminhamento à Comissão de Avaliação e Fiscalização, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, do Relatório Anual ou Final de Desempenho, pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo, entre outros itens, comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados, com as justificativas e razões atenuantes no caso de eventual não atingimento dos resultados estabelecidos e as propostas de revisão de indicadores, conforme o caso, tudo acompanhado da prestação de contas correspondente ao período ou exercício financeiro;
- d) elaboração, pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, e encaminhamento aos titulares do ÓRGÃO SUPERVISOR e do INTERVENIENTE, até o último dia do mês subsequente a cada exercício financeiro, de Relatório de

Avaliação Anual de Execução, com base nos relatórios e outras informações fornecidas pela EXECUTORA, contendo avaliação conclusiva do alcance dos resultados dos indicadores e do conseqüente grau de cumprimento do Contrato de Gestão;

e) até 30 (trinta) dias após a rescisão ou término do Contrato de Gestão, a Comissão de Avaliação e Fiscalização deverá elaborar o Relatório de Avaliação Final de Execução do Contrato de Gestão, e encaminhá-lo aos titulares do ÓRGÃO SUPERVISOR e do INTERVENIENTE para apreciação e manifestação;

f) apresentação, pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, com consulta prévia à EXECUTORA, a qualquer tempo, de proposta de celebração de Termo Aditivo, se constatadas condições que possam impactar a execução do Contrato de Gestão.

11 - As ações de acompanhamento e avaliação previstas nos incisos acima ensejarão a distribuição de relatórios e documentos de trabalho com antecedência mínima de vinte dias aos membros da Comissão de Avaliação e Fiscalização, os quais deverão analisá-los e debatê-los nas reuniões de que trata a subcláusula terceira da cláusula décima do Contrato de Gestão.

12 – É obrigatória a apresentação, pelos órgãos setoriais de controle interno, à Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, ao término de cada exercício, ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse da Administração Pública Estadual, de relatórios pertinentes à execução dos Contratos de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro ou ao período da gestão.

13 – Com o objetivo de amparar o interesse público, novos indicadores de desempenho e de metas a serem alcançadas deverão ser formalizados no decorrer da execução do Contrato de Gestão, mediante recomendação da

Comissão de Avaliação e Fiscalização, sempre garantida a participação da EXECUTORA e do CEPON/SES no processo, por meio de sugestões e pareceres técnicos.

14 - A Comissão de Avaliação e Fiscalização deverá comunicar formalmente ao ÓRGÃO SUPERVISOR e ao INTERVENIENTE o eventual descumprimento do Contrato de Gestão, aos quais caberá proceder às ações previstas no referido instrumento contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

15 - A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Diretoria de Planejamento Controle e Avaliação – DIPA, em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e a Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, elaborarão os instrumentos administrativos complementares e necessários ao acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão.

16 - Os casos omissos e as eventuais dúvidas surgidas na aplicação desta Sistemática serão dirimidos pela Comissão de Avaliação e Fiscalização.

# **Secretaria de Estado da Saúde - SES**



## **EXTRATO DE CONTRATO DE GESTÃO N.º 002/2007**

**O ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação de Apoio HEMOSC/CEPON, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento.

**OBJETO:** O presente Contrato de Gestão tem por finalidade o estabelecimento de parceria entre os partícipes para o fomento e a execução da assistência oncológica inerentes às atividades do Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge – CEPON/SES, órgão da Secretaria de Estado da Saúde.

**BASE LEGAL:** Lei n.º 12.929/06.

**VIGÊNCIA:** O presente Contrato de Gestão vigorará a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado por igual período, mediante Termo Aditivo.

**RECURSOS FINANCEIROS:**

Metas pactuadas neste instrumento ficando estimado o valor global anual de recursos públicos a serem transferidos no montante de R\$ 22.749.125,29, aprovado com base na Tabela de Procedimentos do SUS/MS vigente e na média da produção de Junho/2006 a Junho/2007.

**FORO:** Os partícipes elegem o foro da Comarca da Capital, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente **CONTRATO DE GESTÃO**.

**SIGNATÁRIOS:** **Órgão Supervisor:** Secretaria de Estado da Saúde, representada por seu titular, o Secretário de Estado da Saúde, Luiz Eduardo Cherem, pela **Executora:** Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON, representada pelo presidente de sua Diretoria Executiva, Carlos Viana Speller e **Interveniente:** Secretaria de Estado do Planejamento, representada por seu titular, o Secretário de Estado do Planejamento, Altair Guidi.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2007.

**LUIZ EDUARDO CHEREM**  
Secretário de Estado  
da Saúde

  
**ALTAIR GUIDI**  
Secretário de Estado  
do Planejamento

